

Prestação de contas ao Ministério Público da Fundação Educacional de Patos de Minas

*The rendering of accounts to the Public Ministry from the Educational Foundation
of Patos de Minas*

Wesley Daniel Barbosa Gonçalves

Centro Universitário de Patos de Minas. Pós-graduação em Planejamento e Gestão
Tributária. e-mail: wesley@unipam.edu.br

Resumo: O Contador é uma das peças chaves para o sucesso de uma entidade, levando-se em conta a quantidade de informações que esse profissional detém. Por sua privilegiada posição organizacional, ele trabalha o tempo todo com informações da atual situação financeira e patrimonial da entidade, ficando ele encarregado de suprir as necessidades dos diversos usuários da contabilidade. Diante desse contexto, o Ministério Público se encaixa como um desses usuários e que necessita de tratamento específico, já que todas as entidades denominadas de fundações são obrigadas a prestar contas de seus atos ao Ministério Público através de um software denominado de SICAP. Portanto, o presente trabalho trata da prestação de contas da FEPAM ao Ministério Público. Após vários anos atendendo às exigências do Ministério Público, verificou-se que o processo de prestação de contas existente era repetitivo e exaustivo e, com o passar do tempo, tornou-se obsoleto, já que existiam formas de agilizar e padronizar o processo, ao passo que também era possível melhorar a confiabilidade das informações necessárias. Através dos demonstrativos a serem preenchidos, foram feitas algumas análises e desenvolvidas ferramentas, utilizando recursos de hardware, software e recursos humanos. O resultado alcançado foi uma prestação de contas mais ágil e confiável do ponto de vista da contabilidade, ao passo que todo o processo é feito de forma organizada e padronizada, facilitando ainda mais o preenchimento do SICAP.

Palavras-chave: prestação de contas; Ministério Público; demonstrativos financeiros.

Abstract: Accountants play a fundamental role when it comes to the success of an entity, taking into account the amount of information they have. For their privileged organizational position, they constantly deal with information concerning the current financial position of an entity, being in charge of supplying the needs of the various users of the accounting data. In this context, the Public Ministry is one of those users and requires specific treatment, since all entities named foundations are required to account for their acts to the Public Ministry through the SICAP software. Therefore, this paper deals with the accountability of FEPAM (Fundação Educacional de Patos de Minas) to the Public Ministry. After meeting the requirements of the Public Ministry for several years, it was found that the existing process of accountability was repetitive and exhausting, becoming quixotic over the time, and that new ways to streamline and standardize the process already existed, also offering the possibility to improve the reliability of the information required. By considering the financial statements to be filled out, analyzes were made and tools were developed by using hardware, software and human resources.

The result was a more agile and reliable accounting in which the whole process is done in an organized and standardized way, making it easier to have the SICAP filled out.

Keywords: accountability; Public Ministry; financial statements.

1. Introdução

No atual contexto histórico, observa-se uma crescente evolução, em termos de números, da quantidade de empresas sem fins lucrativos no Brasil (JÚNIOR, 2004, p. 4). Elas representam uma parcela de sociedade que está preocupada com o meio ambiente político, natural e social ao qual estão inseridas, ganhando, dessa forma, importância na medida em que os setores públicos e privado tomam ciência da incapacidade do Estado em atender às necessidades latentes da sociedade.

Diante disso, o Terceiro Setor se encaixa como aquele que veio para suprir necessidades que o Estado deveria cumprir e não consegue, possivelmente por má gestão e por causa da grande burocracia existente. No Brasil, essas entidades “vieram a calhar”, pois se observa, principalmente, uma grande lacuna sócio-cultural deixada pelo Estado.

Esse setor exige uma demanda crescente para se tornar organizado a fim de agilizar e aprimorar os procedimentos tanto internos e de auxílio à sociedade, quanto de se organizar para prestar contas de seus atos para o Ministério Público, como é o caso das Fundações.

Nesse ponto, a Tecnologia da Informação (TI) surge como alternativa, para as entidades se tornarem organizadas ao nível administrativo. À medida que a TI tem avançado e a pressão competitiva tem forçado inovações dentro das organizações, inclusive do Terceiro Setor, as maneiras habituais dos profissionais propiciarem informações aos seus gestores têm se tornado cada vez mais insuficientes para as necessidades e também para tomada de decisão.

Neste contexto e diante de um ambiente cada vez mais complexo tecnologicamente para o sucesso dessas entidades, faz-se necessário que a Contabilidade, como um instrumento valioso de informações para a tomada de decisões, passe a administrar a sua base de informações e aproveitar as oportunidades que as novas tecnologias de informação oferecem.

A Fundação Educacional de Patos de Minas possui todo esse aparato contábil, além de aplicar valiosos recursos para trazer para dentro da entidade a Tecnologia da Informação, com a finalidade de, em conjunto com a Contabilidade, auxiliar na gestão interna da entidade ao passo que também irá facilitar a prestação de contas ao Ministério Público, órgão ao qual está obrigada a prestar contas de seus atos.

O processo de prestação de contas da FEPAM (Fundação Educacional de Patos de Minas) ao Ministério Público consiste na elaboração de relatórios paralelos para preencher o SICAP (Sistema de Castro e Prestação de Contas) com as informações necessárias à prestação de contas. A geração desses relatórios, se feita de forma não automatizada, pode resultar em erros de cálculo e digitação, além de ser um processo lento e exaustivo. O presente trabalho procurou estruturar os dados necessários à pres-

tação de contas por meio do software de gestão ERP¹ da FEPAM. Com isso foi possível acelerar o processo e, ao mesmo tempo, minimizar a possibilidade de erros inerentes a essa tarefa.

O objetivo deste trabalho foi informatizar, com a equipe de desenvolvimento de TI, o processo de prestação de contas da Fundação Educacional de Patos de Minas – FEPAM ao Ministério Público Estadual, objetivando informações mais rápidas e consistentes. Para isso, foi necessário analisar as informações exigidas pelo Ministério Público; analisar o plano de contas da FEPAM para adequá-lo às exigências do Ministério Público; desenvolver ferramentas juntamente com a equipe de TI para prestação de contas ao Ministério Público; e analisar as ferramentas desenvolvidas para verificar se as informações geradas pelo sistema estão de acordo com as exigências.

2. Um breve histórico contábil

A história da Contabilidade iniciou-se no período pré-histórico, onde “[...] todo e qualquer acontecimento era grafado de forma rudimentar em pedras, placas, ossos, e outros objetos existentes no período de forma a permitir o controle de sua riqueza ou de seus bens patrimoniais” (ANTUNES, 2001, p. 33). O Controle de bens era realizado por instrumentos rudimentares, exemplifica a Contabilidade daquela época, e é o que o chamado hoje, de inventário.

Infelizmente não há uma data certa de quando surgiu de fato a Contabilidade, mas Iudícibus se arrisca a dizer que “[...] a Contabilidade, talvez, seja tão antiga quanto à origem do *Homo sapiens*” (2000, p. 30). Já Antunes diz que “[...] alguns vestígios foram encontrados, dando aos historiadores fundamentos para localizar, por exemplo, há 8.000 anos a.C. informações rudimentares [...]” (2001, p. 33) sobre a ciência contábil. Aqui, então, surgem evidências de que a Contabilidade seja talvez tão antiga quanto a própria civilização.

Até o surgimento da moeda, a Contabilidade teve um pequeno desenvolvimento, inclusive Marion e Iudícibus (2006, p. 34) dizem que “[...] a Contabilidade passa a ser importante à medida que há desenvolvimento econômico”. Isso se deve ao fato de a Contabilidade estar intimamente ligada ao fator econômico e financeiro que passa a existir com a moeda.

Mesmo com o surgimento da moeda, é apenas no século XV que a Contabilidade atinge um nível relevante com a primeira obra literária de grande valor para ciência contábil, a do Frei Luca Pacioli, em 1494. Nessa obra, ele descreve o método das partidas dobradas, expressando uma causa efeito do fenômeno patrimonial com as palavras débito e crédito. (MARION e IUDÍCIBUS, 2006, p. 34).

Após uma ampla disseminação da “escola italiana” da Contabilidade na Europa por meio do livro de Pacioli, inicia-se o período chamado de científico ou romântico da Contabilidade. Isso ocorre no século XIX. Nessa fase, surge um avanço em relação às reais complexidades das sociedades (IUDÍCIBUS, 2000, p. 32).

¹ Enterprise Resources Planning (PADOVEZE, 2007, p. 48).

No cenário atual, a Contabilidade se apresenta colossal nos Estados Unidos, principalmente a partir de 1920. Isso está ligado ao fato de esse país passar por um rápido e estressante ritmo de desenvolvimento de mercado. Dessa forma, ele se torna um grande palco para o avanço de teorias e práticas contábeis (MARION e IUDÍCIBUS, 2006, p. 35). Dentre as principais novidades apresentadas pelos norte-americanos para o mundo contábil, temos a invenção da contabilidade gerencial e uma preocupação frenética em auditoria das empresas, que eles herdaram dos ingleses.

2.1. Contabilidade: conceitos e sua relação com a sociedade

Na busca de um conceito para Contabilidade, encontramos alguns autores que falam a respeito, como Kroetz:

A Contabilidade é uma ciência social que estuda a riqueza patrimonial individualizada, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo entre seus objetivos a geração de informações e a explicação dos fenômenos patrimoniais, possibilitando o controle, o planejamento e a tomada de decisão, no enfoque passado/ presente/ futuro. Tudo isso, servindo aos mais diversos usuários, para que eles possam, por meio de seus atos, buscar a prosperidade da entidade e da sociedade (1999, p. 5-6).

Do ponto de vista americano, a “Contabilidade é um processo de comunicação de informação econômica para propósitos de tomada de decisão tanto pela administração como por aqueles que necessitam fiar-se nos relatórios externos” (HENDRIKSEN, 1977 *apud* PADOVEZE, 2007 p. 110).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 29) apresentam um conceito um pouco divergente dos demais autores citados anteriormente, além de inovador e bastante moderno, ao dizer que Contabilidade é “sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

As relações entre a Contabilidade e a sociedade formam o que chamamos de contabilidade social. Para Iudícibus, isso significa o “bem-estar-social (*welfare*), no sentido de que os procedimentos contábeis e os relatórios emanados da Contabilidade deveriam atender a finalidades sociais mais amplas” (2000, p. 25).

Reis aborda o tema de uma forma mais ampla e diz que a contabilidade social

tem como objeto as relações sociais entre as organizações e os ambientes endógeno² e exógeno³ com os quais elas interagem. A sociedade, formada por inúmeros subsistemas ou ambientes, tais como escolas, universidades, igrejas, governo, organizações, órgãos de classe, meio ambiente, dentre outros, possui um amplo leque de relações, onde se podem destacar as das entidades que são objeto da Contabilidade Social sob forma de ações filantrópicas, ações de cunho social e mesmo da empresa como elemento de cria-

² “Originado no interior do organismo, ou por fatores internos; endógene” (FERREIRA, 2004).

³ “Que cresce exteriormente ou para fora” (FERREIRA, 2004).

ção e distribuição de valor ou riqueza, além das relações com o meio ambiente (2007, p. 61).

Sob a ótica dos autores citados, as definições de contabilidade social se aproximam das definições de Terceiro Setor, mas não se limitam a esses. A contabilidade social vai além. Ela também envolve todos os demais setores e agentes do sistema econômico de um país ao apresentar uma síntese de informações contábeis para a sociedade e toda a sua relação com o meio ambiente (ROSSETI, 1995, p. 18).

2.1.1. Plano de contas

O Plano de Contas é o instrumento pelo qual a Contabilidade baseia-se para análise e elaboração dos registros e demonstrações financeiras. Ele é uma relação ordenada e codificada das contas utilizadas pelas entidades, tornando-se assim um meio de padronização das contas (FERRARI, 2008, p. 158).

Ou seja, hoje é impossível efetuar os registros contábeis bem como todas as demonstrações financeiras e, inclusive, a adoção de uma contabilidade gerencial, sem existir na entidade um plano de contas, seja essa entidade pública, privada ou sem fins lucrativos.

2.2. Ambientes sociopolíticos

No atual contexto sociopolítico, existem três formas de organização. De acordo com Peyon (2004, p. 6), são elas de direito público, interno ou externo e de direito privado. Nesse contexto, teríamos apenas dois setores: o Estado e a iniciativa privada. No entanto, há evidências de mais um setor advindo da iniciativa privada chamado de Terceiro Setor.

No que se refere ao direito público, Peyon (2004, p. 7) fala do Estado de uma forma simples e diz que “os objetivos fundamentais do Estado são: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização e reduzir as desigualdades e, por fim, promover o bem de todos”, ou seja, o Estado é o ente responsável pela manutenção e pelo bem estar dos demais setores e de toda a população.

No que se refere à iniciativa privada, temos o mercado, que Coelho (2000 p. 40) define como sendo o setor que envolve a troca de bens e serviços, com o objetivo de produzir riqueza e lucro. O mercado atua sob o princípio da não coerção legal, ou seja, nenhuma pessoa é obrigada a comprar, nem a vender. Os mecanismos do mercado estão ligados a preços e demanda.

Diferente do Estado que está preocupado com o bem estar da sociedade, no mercado não existe qualquer finalidade social de interesse público, ou seja, eles simplesmente almejam o lucro ou o próprio bem estar.

O Terceiro Setor é formado pelas entidades sem fins lucrativos que, conforme Peyon (2004, p. 9), caracterizam-se, principalmente, por não visarem lucro. Havendo

superávit, deverá ser revertido em benefício da própria sociedade, uma vez que possui em uma finalidade social.

Para Coelho (2000, p. 39), o Terceiro Setor é formado por instituições cujas atividades não são coercitivas, ou seja, possuem toda liberdade de atuação, porém seu objetivo não está ligado ao lucro, mas sim ao atendimento das necessidades coletivas.

Já para Ribas Júnior (2004, p. 1),

trata-se de um setor independente, mas profundamente interessado nos problemas sociais; crescentemente organizado e tendente à profissionalização; assentado no associativismo e na dimensão voluntária do comportamento das pessoas; caracterizado pela defesa de causas e valores; inspirado pelos princípios da solidariedade e da participação na construção da cidadania democrática.

Fernandes (1994, p. 20) define o Terceiro Setor a partir das várias possibilidades de combinações entre os agentes e os seus fins na sociedade, como o apresentado na Tabela 1. Dessa forma, a definição de Terceiro Setor seria um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos.

Tabela 1: Combinações entre o Público e o Privado

Agentes		Fins		Setor
privados	para	privados	=	Mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	Terceiro setor
públicos	para	privados	=	(Corrupção)

Fonte: Fernandes, 1994, p. 21

Na verdade, nenhum dos autores aqui citados define toda a dimensão que abrange o Terceiro Setor. Mas, ao analisar a definição que cada um nos apresenta dentro de seu próprio conceito, aí sim, chega-se a uma definição próxima à realidade. Note que no Terceiro Setor não há qualquer forma de distribuição de lucro, assim como no Estado, mas vale lembrar que, apesar de não haver distribuição de lucros, isso não significa dizer que todo o trabalho seja realizado por voluntários. Apesar de esse setor possuir objetivos de cunho social, nada o impede de remunerar seus trabalhadores, o que significa dizer que existem organizações sem fins lucrativos com trabalho voluntário ou não. Há, ainda, no Terceiro Setor, alguns casos nos quais ele adquire bens e serviços do mercado com o intuito de produzir, de alguma forma, um bem-estar social.

2.2. Entidades sem fins lucrativos

As entidades sem fins lucrativos ou o denominado Terceiro Setor tiveram suas primeiras manifestações ligadas à religião católica, pela qual seus membros realizavam um importante papel de assistência social. As primeiras hospedarias, asilos e hospitais

do Brasil eram mantidos por doações de pessoas ricas da sociedade. Portanto, essas entidades se tornaram exemplos de entidades sem fins lucrativos daquela época (SALAMON e ANHEIER *apud* DELATORRE, 2002, p. 6).

No tocante às instituições que compõem as entidades sem fins lucrativos, no Brasil, estão a sociedade civil sem fins lucrativos ou simplesmente organizações ou entidades sem fins lucrativos; as associações, as entidades filantrópicas e beneficentes ou de caridade, as fundações e as organizações não governamentais ou simplesmente ONGs. Será apresentada adiante uma síntese sobre as fundações.

As fundações necessitam, inicialmente, de um patrimônio para serem constituídas, quer seja em dinheiro, imóveis, títulos, dentre outros bens. É necessária também uma finalidade que seja a razão de existir da fundação, e que, de acordo com o Código Civil (Art. 62), só pode ser constituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Nas fundações, o patrimônio de constituição é ligado ao fim que se destina a fundação. Caso essa ligação não ocorra, o Ministério Público pode pedir sua extinção junto ao Poder Judiciário.

No dizer de Szazi (2003 *apud* ARAÚJO, 2005, p. 17), a fundação é “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada que adquire personalidade jurídica por seu instituidor”

No tocante ao conceito, Dallari (1995, p. 17), traz uma definição bem condizente:

Fundação é a vinculação de um patrimônio a determinado fim, dando-lhe personalidade jurídica. Numa fórmula sintética, pode-se dizer que fundação é um patrimônio personalizado, o que significa que o patrimônio adquire a condição de pessoa, passando a ser sujeito de direitos, ao mesmo tempo em que pode assumir obrigações jurídicas. Em termos mais concretos, a fundação pode assinar contratos, pode ser proprietária e receber doações, pode mover ações judiciais, podendo, em síntese, agir como se fosse uma empresa legalmente constituída. Além disso, fica sujeita ao cumprimento de obrigações, como o pagamento de impostos e o respeito aos compromissos que tiver assumido com terceiros; ficando, ainda, sujeita a algumas regras legais que só se aplicam às fundações, como o controle permanente pelo Ministério Público.

Dallari e Araújo apresentam conceitos bem próximos um do outro, apesar do primeiro apresentar de forma mais completa. No entanto, Dallari comete uma “heresia” ao dizer que as fundações são obrigadas ao pagamento de impostos, pois, ao dizer isso, cria-se o entendimento de que as fundações estariam sendo tributadas pelo Estado. Entretanto, de acordo com a Constituição (Art. 150, VI, c), é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre instituições de assistência social e sem fins lucrativos.

2.3. Ministério Público e as entidades sem fins lucrativos

Como já mencionado anteriormente, o Ministério Público é o órgão responsável por fiscalizar e/ou zelar pelas fundações. O Ministério Público não faz parte dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário). Ao contrário, ele possui total autonomia,

além de não poder ser extinto e suas atribuições não poderem ser repassadas a outra instituição (BRASIL. Lei Complementar nº 75/93 Arts. 1º, 2º e 5º).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 127, assim define: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

A inserção do Ministério Público como entidade regulatória das fundações deve-se ao fato de sua função estar ligada ao de cuidar daquilo que é público e pelas atividades públicas. Legalmente o ato de velar pelas fundações está descrito no Código Civil:

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas
 § 1º Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
 § 2º Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

A prestação de contas é uma forma de fiscalização por parte do Ministério Público. Até seis meses após término do exercício financeiro, as fundações devem prestar contas ao Ministério Público de suas atividades do exercício findo.

Essa prestação de contas é feita por um programa disponibilizado pelo próprio Ministério Público, chamado de SICAP (Sistema de Cadastro e Prestação de Contas). Esse sistema “[...] é o instrumento de coleta de dados e informações, utilizados pelos Ministérios Públicos estaduais, conveniados com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, no velamento das Fundações e entidades de interesse social” (CEFEIS⁴).

2.4. Sistemas de Informações

No contexto atual, existe o que alguns autores chamam de sistemas de informações. Esses sistemas estão envolvidos em tudo ou em qualquer coisa que nos envolve. Neste trabalho, será apresentado o enfoque sistêmico da entidade, embora os conceitos aqui apresentados sejam válidos para todo e qualquer sistema de informação, salvo raras exceções.

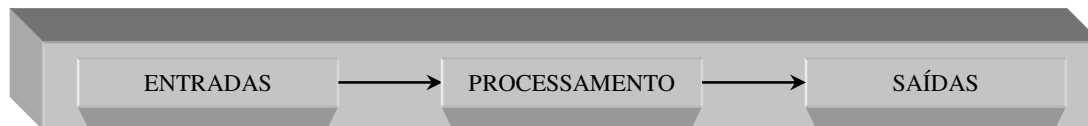
Para Padoveze, “sistema é um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo. Como resultante do enfoque sistêmico, o todo deve ser mais que a soma das partes” (2007, p. 8).

Oliveira assim se expressa: “Sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função” (*apud* PADOVEZE, 2007, p. 8)

⁴ Centro de Estudos de Fundações e Entidades de Interesse Social.

Existe dentro de todo é qualquer sistema um mecanismo natural de funcionamento básico, como mostra a figura a seguir.

Figura 1: Mecanismo Natural de Funcionamento Básico de um Sistema



Fonte: Padoveze, 2007, p. 9.

Para entender melhor, entradas são a matéria-prima com que o sistema vai trabalhar. As entradas também são chamadas de dados. As saídas são o produto final do sistema de informações que também pode ser chamado de informações (GIL, 1995, p. 13). Quanto ao processamento, Ferreira (2004) diz que é a

manipulação dos dados em um sistema computacional, que tecnicamente equivale à execução de instruções por processador(es), e que abrange a entrada, verificação, armazenamento, recuperação, transformação e produção de novas informações a partir dos dados iniciais.

Essa definição de processamento também é válida para os demais sistemas e não apenas para os sistemas de informações informatizados como é o enfoque do dicionário.

Dentro dos sistemas existentes, os sistemas de informações empresariais são aqueles “que têm como objetivo fundamental a integração, consolidação e aglutinação de todas as informações necessárias para a gestão do sistema empresa”. Esses sistemas são chamados de SIGE (Sistemas de Integrados de Gestão Empresarial) ou também conhecidos por ERP (*Enterprise Resources Planning* – Planejamento de Recursos Empresariais) (PADOVEZE, 2007, p. 48).

O ERP abrange todos os subsistemas de apoio à gestão, por meio da tecnologia da informação, de tal forma que todos os processos do negócio possam ser visualizados em fluxos constantes de informações que percorrem todos os departamentos e funções (PADOVEZE, 2007, p. 48).

Dentre os subsistemas ERPs, podem-se destacar: subsistema financeiro, subsistema de compras, subsistema de estoques, subsistema de logística e distribuição, subsistema de recursos humanos e/ou departamento de pessoal, subsistema de marketing e subsistema contábil. Desses subsistemas, será abordado apenas o subsistema contábil ou, como dizem alguns autores, sistema de informações contábeis, que neste trabalho foi chamado anteriormente de subsistema simplesmente por esse fazer parte de um sistema maior, o sistema empresa.

O sistema de informações contábil é uma parte fundamental para o progresso e o desenvolvimento sustentável de toda e qualquer entidade, seja ela do primeiro, do

segundo ou do terceiro setor. De acordo com Frederick H. Wu (*apud* RICCIO, 1989, p. 28), “um Sistema de Informação Contábil é uma entidade ou um componente, dentro de uma organização, que processa transações financeiras para prover informações para operação, controle e tomada de decisões aos usuários”.

Já para John F. Nash (*apud* RICCIO, 1989, p. 27), “o Sistema de Informação Contábil é um veículo formal para o processamento operacional de dados contábeis e para as atividades de suporte à decisão”.

Os dois autores enfocam que a Contabilidade está voltada a gerar informação para tomada de decisão. Desse ponto de vista, observa-se que a Contabilidade se encaixa como parte imprescindível para gerir uma empresa, uma vez que ela fornece relatórios contábeis que possam viabilizar uma melhor tradução do real estado econômico e financeiro da pessoa jurídica, facilitando dessa forma a tomada de decisão por parte dos gestores.

O software utilizado pela FEPAM para geração de informação contábil chama-se RM TOTVS. Essa avançada ferramenta ERP integra os diversos processos administrativos da empresa e fornece informações seguras e fidedignas. O software é subdividido em vários módulos, e o módulo responsável pelo gerenciamento dos dados contábeis é denominado RM Saldus.

3. Metodologia

De acordo com Teixeira (2002, p. 117-119), as formas de classificação de pesquisas são: quanto à abordagem; quanto ao nível de investigação; quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos de coleta de dados e quanto às fontes de informação.

Do ponto de vista da abordagem, o presente trabalho possui uma abordagem qualitativa, pois se

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável⁵ entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (SILVA e MENEZES 2001, p. 20).

Neste trabalho, não é utilizada qualquer opinião com base em números fornecidos por métodos matemáticos e/ou estatísticos para elaboração e execução do trabalho, além de ser impossível de quantificar os resultados obtidos.

Quanto ao nível de investigação, trata-se de uma pesquisa aplicada, na qual, de acordo com Teixeira, “há a necessidade de resolver ou contribuir com os problemas práticos mais ou menos imediatos” (2002, p. 117).

Nesse caso, existe a necessidade de desenvolver ferramentas computacionais para agilizar e, ao mesmo tempo, contribuir para reduzir erros no processo de presta-

⁵ Não se pode dissolver (FERREIRA, 2004).

ção de contas, e assim contribuir de forma prática a uma necessidade latente do setor de Contabilidade da FEPAM.

No que se refere aos objetivos, é uma pesquisa descritiva, ou seja, “visa descrever as características conhecidas ou componentes do fato, fenômeno ou representação” (TEIXEIRA, 2002, p. 118).

Ainda no que diz respeito aos objetivos, o presente trabalho também se caracteriza como um estudo de caso, já que “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 1991 *apud* SILVA e MENEZES 2001, p. 21).

Referente aos procedimentos de coleta de dados, é uma pesquisa documental, uma vez que os “dados serão construídos com base em informações/fontes documentados do presente que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação” (TEIXEIRA, 2002, p. 119).

E, finalmente, quanto às fontes de informação, é uma pesquisa bibliográfica, pois a pesquisa foi “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e [...] com material disponibilizado na Internet” (SILVA e MENEZES, 2001, p. 21). Além dessas fontes de informação, foram pesquisadas também informações na legislação brasileira sobre os assuntos correlacionados ao tema.

4. Resultados e Análises

A prestação de contas das fundações de Minas Gerais é realizada com auxílio de um software disponibilizado pelo próprio Ministério Público, o SICAP.

O software foi desenvolvido no intuito de facilitar a prestação de contas da entidade e do próprio Ministério Público. O SICAP possui dois módulos: o SICAP coletor, que é abordado no trabalho, e o SICAP promotor, que é utilizado pelo promotor de justiça para acompanhamento. O SICAP coletor faz a validação do arquivo para ser entregue junto ao órgão e, após ser entregue, o promotor de justiça verifica o arquivo no SICAP promotor. No entanto, o usuário não possui acesso aos resultados dessa verificação.

Apenas o Ministério Público possui acesso ao SICAP promotor. Portanto, o presente trabalho visa atender apenas as exigências do SICAP coletor; além disso, o objetivo do trabalho é a prestação de contas da fundação, que é realizada pelo coletor, não constituindo tal necessidade de abordagem do promotor.

Ao abrir o SICAP para prestação de contas, o usuário logo se depara com a tela principal do software. Nela contém um índice com as “abas” que devem ser preenchidas e, de acordo com tais dados, elas podem aumentar ou diminuir. Por exemplo, se no ano base a instituição movimentou um total de recursos, quais sejam, receitas ou total das fontes de recursos, inferior a R\$ 434.000,00, ela está desobrigada a preencher, neste caso a “aba” de Valor Adicionado. Esse procedimento foi adotado provavelmente para evitar que uma entidade preencha dados que ela esteja desobrigada a preencher. No entanto, as “abas” que forem surgindo ao longo da prestação de contas devem ser obrigatoriamente preenchidas.

Apesar de o software direcionar e facilitar o trabalho, este requer atenção e a observação de detalhes essenciais para a adequada prestação de contas. O quadro, a seguir, mostra de forma resumida, as principais informações exigidas, além de direcionar a fonte de coleta de dados e alguns detalhes a serem observados acerca de determinada “guia”.

Quadro 1: Quadro resumo

Aspectos analisados	Principais informações exigidas	Fonte de Coleta de Dados	Detalhes a serem observados no preenchimento
Apresentação	Breve apresentação do SICAP, além de mostrar o que existe de novo a cada versão.		Não existem dificuldades, apenas algumas informações relevantes.
Dados Cadastrais	Preenchimento do nome, endereço, natureza jurídica, forma de instituição, instituidor, dotação inicial, descrição da natureza jurídica e atividades econômicas, estatuto e regimento interno, missão e finalidade, área de atuação, credenciamentos e representante legal.	Recuperada do ano anterior	Exige atenção ao preencher, pois há uma quantidade muito grande de dados e estes serão aproveitados nos anos seguintes.
Gestão	Informações dos Órgãos da Instituição. São eles: superior, deliberativo, de gestão e de controle interno, além de informar os dirigentes desses órgãos.	Recuperada do ano anterior	Atentar para não confundir os órgãos sobre sua qualificação.
Demonstrativos Financeiros	Informações sobre porte da instituição, número de empregados, regime contábil, demonstrativos financeiros, cópia de auditorias e pareceres e também uma cópia do plano de contas.	Base de dados contábeis	Dificuldade em estabelecer a correlação dos demonstrativos no formato que é exigido, além do próprio trabalho de gerá-los, pois são muitos e abrangem todo o plano de contas em vários demonstrativos diferentes.
Espelho da DIPJ	Espelho da DIPJ Ativo, Passivo, Origens e Aplicações de Recursos e da DIRF.	Base de dados contábeis	Nessa guia deve-se apenas transcrever as informações entregues à Secretaria da Receita Federal.

Valor Adicionado	Demonstrativo do Valor Adicionado, ou seja, aquilo que a entidade contribuiu para agregar valor à economia do país, qual a parcela para reinvestimento nas atividades e qual o valor destinado à remuneração do trabalho.	Base de dados contábeis	Uma nova estrutura de demonstrativo, pouco conhecida pelo contador brasileiro, isso pode dificultar quanto ao agrupamento de contas contábeis para gerar o demonstrativo.
Fontes de Recursos	Descrição em forma de tabela de todos os recursos da instituição, como recursos arrecadados por geração própria, por doações, convênios, patrocínios, empréstimos e de origem governamental.	Base de dados contábeis	Abrangem muitas contas contábeis, bem como as de receitas e passivo, isso pode ser um empecilho na hora de gerá-los, podendo acarretar erros.
Relatório das Atividades Desenvolvidas	Nesta “aba” deve ser preenchida a parte orçamentária, os relatórios de atividades e as doações realizadas, além de alguns aspectos da gestão da entidade.	Atas das reuniões, base de dados contábeis	Uma certa dificuldade em atender os aspectos de gestão, pois nele devem-se relatar as atividades desenvolvidas pelos órgão de gestão superiores. Caso não exista o mínimo de organização na entidade, torna-se complicado de preenchê-lo.
Informações Sociais	Informações sobre trabalho voluntário e aspectos sobre benefícios básicos e estruturas de remuneração dos empregados.	Arquivo de entrega da RAIS	Basicamente não existe dificuldade, desde que as informações da RAIS estejam preenchidas corretamente.
Importações / Exportações	Caso a instituição faça importação e/ou exportação, deve-se discriminá-la com valores, data, imposto, produto, país de destino, dentre outros.	Base de dados contábeis	Sem detalhes a serem observados.
Opinião sobre o Sistema	Nesta guia o usuário pode manifestar a sua insatisfação ou satisfação ao SICAP e ao processo de prestação de contas através de um questionário.	Próprio usuário	Sem dificuldades, e com uma pesquisa que a CEFEIS ⁶ deve utilizar para melhorar o software.

⁶ Centro de Estudos de Fundação e Entidades de Interesse Social

Preenchimento do SICAP	Informações sobre a pessoa que preencheu todos os formulários do SICAP, além de abrir espaço para observações e comentários.	Próprio usuário	Sem dificuldades, e também com um espaço para "ouvir" aquilo que os usuários têm a dizer de uma forma mais objetiva.
------------------------	--	-----------------	--

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O desenvolvimento do trabalho não pretende gerar todas as informações para o SICAP, mas apenas os demonstrativos financeiros, uma vez que o próprio software disponibiliza um recurso que permite que dados já informados em anos anteriores sejam recuperados, como por exemplo: nome, CNPJ, endereço, ramo de atividade entre outros dados que não sofrem alterações de um ano para o outro.

As demais informações necessárias à prestação de contas serão quase todas tratadas no trabalho. Tais informações geradas pelas ferramentas são todas elas demonstrativos contábeis, quais sejam: Ativo, Passivo, Receita, Despesa, Demonstrativo Financeiro de Superávit ou Déficit, Mutações do Patrimônio, Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstrativo de Fontes de Recursos⁷.

Para se chegar às demonstrações necessárias, os dados devem ser extraídos do sistema de contabilidade utilizado na FEPAM. No entanto, observa-se que o padrão de plano de contas utilizado pelo Ministério Público é bem diferente do padrão utilizado na FEPAM, que segue as exigências da lei 11.941/08⁸, entre outras, bem como, busca atender às necessidades de geração de informações para a tomada de decisões.

Em função dessa diferença, leva-se tempo se para adequar ao plano de contas do Ministério Público. No entanto, apesar de serem diferentes, ainda é possível fazer a prestação de contas sem que se tenha que abandonar o plano de contas utilizado na instituição. A FEPAM já se adequou às novas leis que envolvem a contabilidade, ao passo que os demonstrativos do SICAP ainda não sofreram essas novas alterações, podendo, inclusive, continuar sem alterações para os próximos anos.

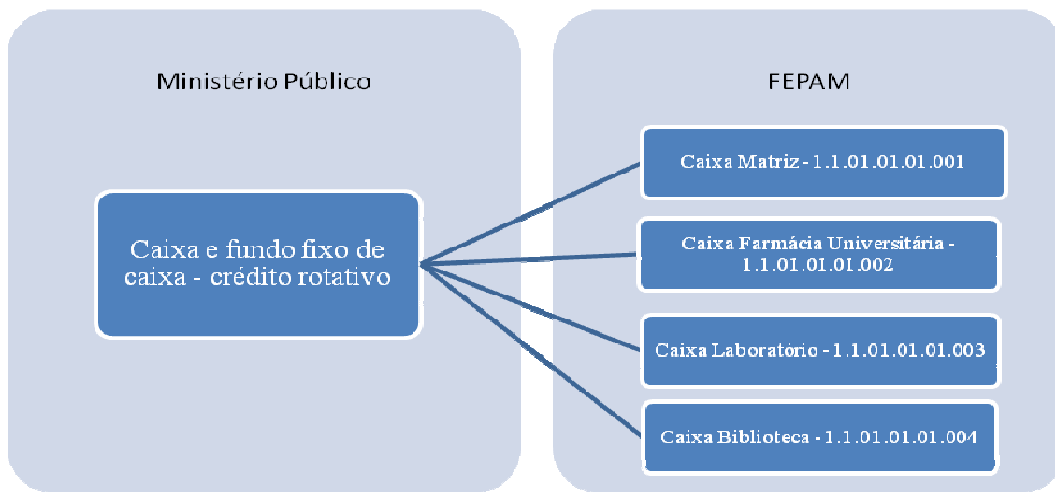
Diante da não exigência da elaboração de um novo plano de contas, será necessária a criação de novas contas contábeis dentro do próprio plano de contas, para viabilizar a informatização completa de todos os demonstrativos exigidos pelo Ministério Público.

O processo de informatização consiste, basicamente, em associar as contas contábeis do plano de contas da FEPAM aos demonstrativos nos moldes do Ministério Público. O processo funciona como mostra a figura 2, onde estão sendo associadas quatro contas da FEPAM para apenas uma do Ministério Público. Essa demonstração corresponde à associação que foi feita para o ATIVO, sendo este um dos demonstrativos a serem preenchidos no processo de prestação de contas.

⁷ Os nomes dados aos demonstrativos foram retirados do próprio SICAP.

⁸ Legislação que trata de Demonstrações Contábeis.

Figura 2: Exemplo de associação de contas

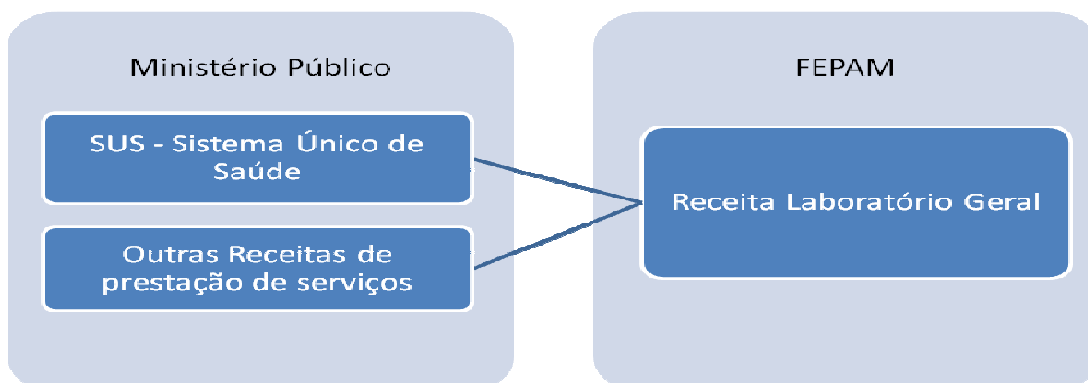


Fonte: Elaborada pelo próprio autor

Em um processo de verificação do plano de contas da FEPAM, observa-se que, para as ferramentas funcionarem de forma completa e precisa, sem interferência do usuário, deverão ser criadas algumas contas contábeis.

Como as ferramentas utilizam o princípio da associação de contas, da forma como apresentada na figura 2, o processo inverso, ou seja, associar uma conta do plano de contas da FEPAM a duas do Ministério Público torna-se incapaz de gerar os demonstrativos corretamente. Por exemplo: na FEPAM, a "Receita Laboratório Geral", no ano base de 2008, foi de R\$ 256.239,26, nela estão englobadas todas as receitas, sejam elas pessoas física ou oriundas do SUS; no entanto, o Ministério Público exige que todo o recurso proveniente do SUS seja discriminado separadamente. A figura 3 demonstra esse exemplo.

Figura 3: Ilustração do Demonstrativo Receitas



Fonte: Elaborada pelo próprio autor

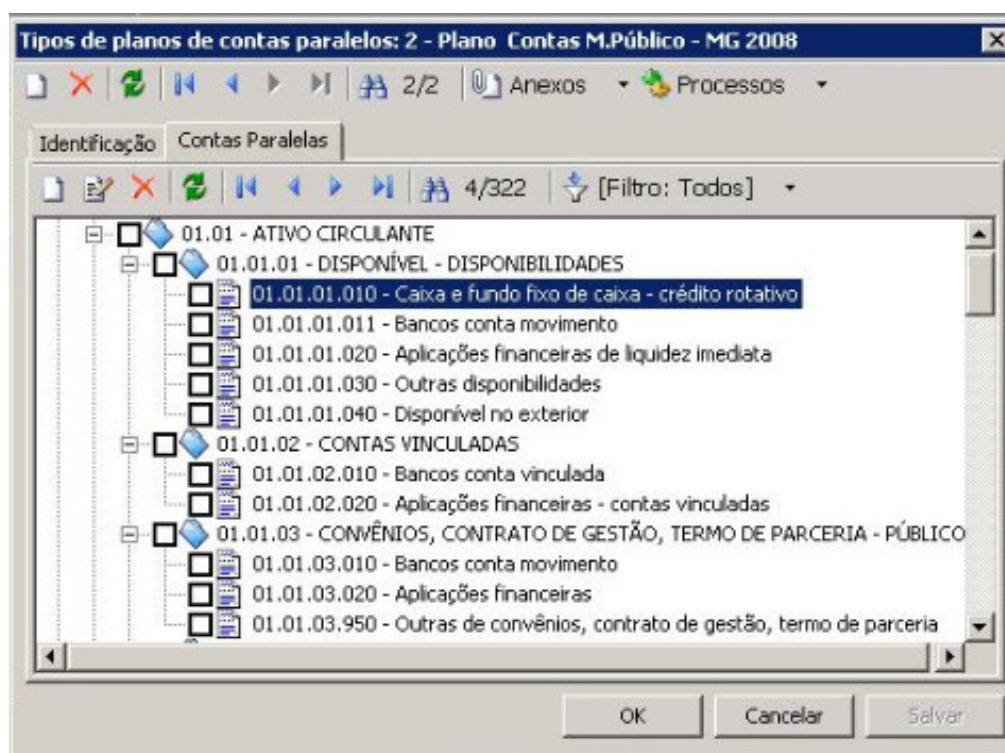
Ainda sobre a figura 5 pode-se observar que, nesse caso, o saldo da conta “Receita Laboratório Geral” está apontando para duas contas diferentes do mesmo demonstrativo, isso faz com que, ao final, o saldo do demonstrativo seja maior do que ele realmente representa. Portanto, essa conta deve ser subdividida em duas contas para que isso não ocorra.

4.1. Desenvolvimento de ferramentas

As ferramentas foram desenvolvidas juntamente com a equipe de TI, de duas formas diferentes. A primeira delas utilizou um recurso do sistema contábil que também é utilizado para a prestação de contas à Receita Federal, através do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

Esse recurso utilizado pelo SPED é chamado de Plano de Contas Paralelo. Nele é possível associar as contas contábeis do plano de contas usado pela instituição às contas de outro plano de contas, facilitando, dessa forma, a exportação de dados.

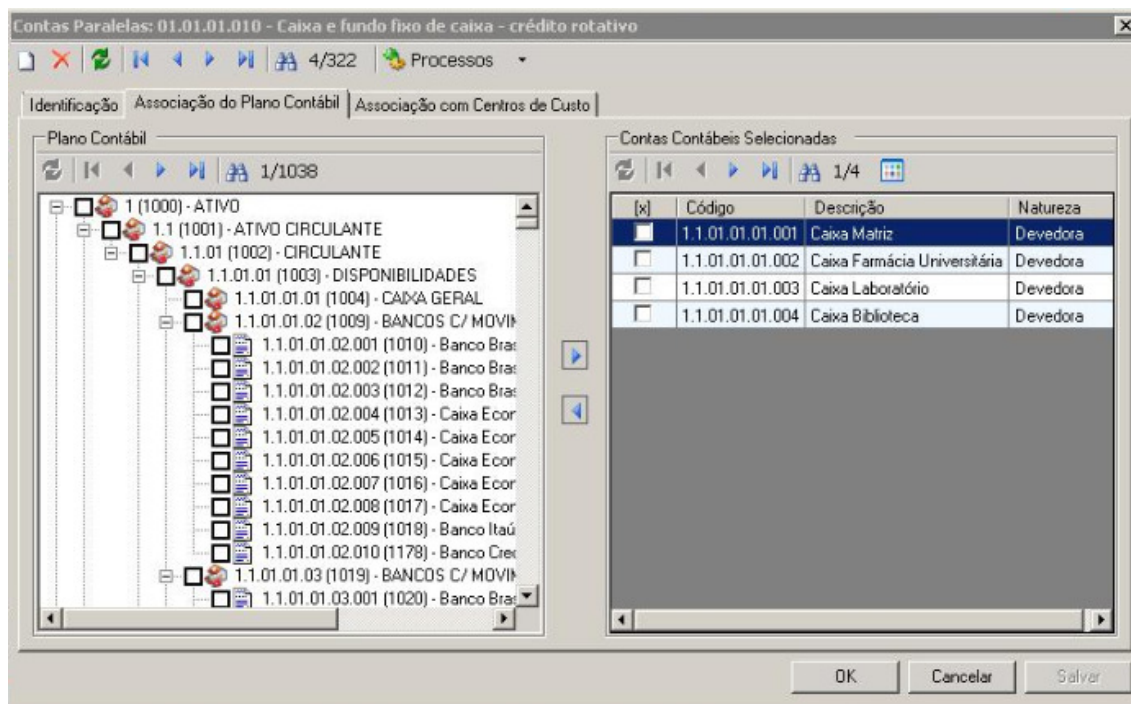
Figura 4: Plano de Contas Paralelo: Cadastro do Plano de Contas



Fonte: RM Saldus

Observe a figura 4, nela é que são cadastradas as contas do plano de contas de outras instituições. Após o cadastro, deve ser associada às contas, com um simples duplo clique sobre a mesma, lembrando que contas sintéticas não podem ser associadas.

Figura 5: Plano de Contas Paralelo: Associação das Contas



Fonte: RM Saldus

Na figura 5, está a representação das associações feitas pelo plano de contas paralelo. Na parte esquerda da figura está o plano de contas da instituição, e no lado direito as contas que foram associadas para a conta que está descrita na parte superior. O ponto forte do plano paralelo é que essa ferramenta impede que uma conta seja associada mais de uma vez.

Após as associações feitas, foi utilizado outro recurso do Saldus, chamado de Gerador de Relatórios. Nele é possível gerar relatórios a partir da busca nas tabelas da base de dados contábil. Nessa ferramenta foram criadas sentenças SQL (Structured Query Language), pela equipe de TI, sob a coordenação e orientação do autor do presente trabalho. A partir das associações feitas no plano de contas paralelo, tornou-se possível a geração de um balancete no formato adequado para ser inserido no SICAP. As informações oferecidas pelo referido relatório são a base para a inserção dos dados que compõem os quatro demonstrativos do SICAP: Ativo, Passivo, Receitas e Despesas.

O SQL é uma “linguagem utilizada para facilitar o acesso a informações (por meio de consultas, atualizações e manipulações de dados) armazenadas em bancos de dados do tipo relacional” (MANZANO, 2002, p. 16).

Ao abrir o Gerador de Relatórios, é apresentada uma tela de parâmetros a serem informados. Nela devem ser preenchidas duas datas, a data inicial e a data final para geração do relatório, além do Código de Histórico Padrão de fechamento. Tal código é um recurso que existe dentro do Saldus para encerramento do exercício. Quando do término do exercício, todas as contas de resultado são zeradas, utilizando esse código no histórico de fechamento dessas contas, possibilitando que alguns demonstrativos sejam elaborados após a confecção do balanço patrimonial.

Figura 6: Balancete

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
01	ATIVO				
01.01	ATIVO CIRCULANTE				
01.01.01	DISPONÍVEL - DISPONIBILIDADES				
01.01.01.010	Caixa e fundo fixo de caixa - crédito rotativo	115.531,43	6.266.843,58	6.349.830,99	32.544,02
01.01.01.011	Bancos corta movimento	1.044.057,27	41.208.563,56	42.019.840,68	232.780,15
01.01.01.020	Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.119.207,37	14.461.460,87	7.047.030,26	22.533.637,98
01.01.01.030	Outras disponibilidades				
01.01.01.040	Disponível no exterior				
01.01.02	CONTAS VINCULADAS				
01.01.02.010	Bancos corta vinculada				
01.01.02.020	Aplicações financeiras - contas vinculadas				
01.01.03	CONVÊNIOS, CONTRATO DE GESTÃO,				
01.01.03.010	Bancos corta movimento	2.377,83	255.080,54	219.610,71	37.847,66
01.01.03.020	Aplicações financeiras	112.875,17	121.208,05	30.486,60	203.596,62
01.01.03.950	Outras de convênios, contrato de gestão,				
01.01.04	RECURSOS ADMINISTRADOS				
01.01.04.001	Recursos de Leis de Incentivo Fiscal				
01.01.04.002	Outros recursos administrador				

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

A Figura 6 é uma amostra do balancete gerado a partir do Gerador de Relatórios. Nele foram criadas as seguintes consultas para geração do balancete: Conta, Descrição, Saldo Anterior, Débito, Crédito, Saldo Atual. Logo a seguir estão, em detalhes, as sentenças que envolvem o balancete e sua “tradução”.

Figura 7: Consulta SQL para Conta e Descrição

```
select distinct p.DESCRICAO planoparalelo$$, c2.CODCONTA, c2.DESCRICAO
from CCTACTA2 ct right join CCONTA2 c2 on ct.CODCONTA2 = c2.CODCONTA
inner join CPARALELO p on c2.CODPARALELO = p.CODPARALELO
order by 1, 2
```

Fonte: RM Saldus

Essa consulta faz uma junção de contas de um plano de contas paralelo com o plano de contas da FEPAM. Esse relacionamento pode ser de uma conta para outra, ou de uma conta do plano de contas paralelo para várias contas do plano de contas da FEPAM. Retorna o nome do plano de contas paralelo, o código da conta e sua descrição.

Figura 8: Consulta SQL para Saldo Anterior

```

select
case when substring(:espelho#1, 1, 2) = '01'
      or substring(:espelho#1, 1, 2) = '02' then
  (
    (select isnull(SUM(VALOR),0)
     from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.DEBITO = ct.CODCONTA
     where DATA < :DataInicial_D
     and ct.codconta2 = :espelho#1
    -
    (select isnull(SUM(VALOR),0)
     from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.CREDITO = ct.CODCONTA
     where DATA < :DataInicial_D
     and ct.codconta2 = :espelho#1)
    +
    (select isnull(SUM(VALOR), 0)
     from CCTACTA2 ct left join CSDANT sa on sa.CODCONTA = ct.CODCONTA
     where ct.codconta2 = :espelho#1)
  )
else 0
end

```

Fonte: RM Saldus

Essa consulta busca o saldo anterior de cada conta, envolvendo uma condição: se o código da conta – nesse caso representada pelo parâmetro: espelho#1 - começar com '01' ou '02', então ela retorna o seguinte cálculo: débito – crédito acrescido do saldo anterior. Esse cálculo é feito dessa forma porque algumas contas possuem cadastro de saldo anterior, enquanto outras possuem apenas o registro dos lançamentos. Se o código da conta não começar com '01' ou '02', a consulta retorna o valor zero para o saldo anterior, visto que contas que começam com '03' são contas de resultado.

Figura 9: Consulta SQL para Débito

```

select
case when substring(:espelho#1, 1, 2) = '01'
      or substring(:espelho#1, 1, 2) = '02' then
  (select isnull(SUM(VALOR), 0)
   from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.DEBITO = ct.CODCONTA
   where DATA between :DataInicial_D and :DataFinal_D
   and ct.codconta2 = :espelho#1)
else
  (select isnull(SUM(VALOR), 0)
   from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.DEBITO = ct.CODCONTA
   where DATA between :DataInicial_D and :DataFinal_D
   and ct.codconta2 = :espelho#1
   and (l.CODHISTP <> :HistoricoPadrao or l.codhistp is null))
end

```

Fonte: RM Saldus

Figura 10: Consulta SQL para Crédito

```

select
case when substring(:espelho#1, 1, 2) = '01'
    or substring(:espelho#1, 1, 2) = '02' then
    (select isnull(SUM(VALOR), 0)
    from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.credito = ct.CODCONTA
    where DATA between :DataInicial_D and :DataFinal_D
    and ct.codconta2 = :espelho#1)
else
    (select isnull(SUM(VALOR), 0)
    from CLANCA l inner join CCTACTA2 ct on l.credito = ct.CODCONTA
    where DATA between :DataInicial_D and :DataFinal_D
    and ct.codconta2 = :espelho#1
    and (l.CODHISTP <> :HistoricoPadrao or l.codhistp is null))
end

```

Fonte: RM Saldus

As consultas das figuras 9 e 10 retornam, respectivamente, o valor de débito e o valor de crédito de cada conta. Envolvem também uma condição: se a conta começar com '01' ou '02', retornam a soma dos lançamentos da conta em determinado período; caso contrário, retornam a soma, em determinado período, dos lançamentos cujo histórico padrão seja nulo ou diferente do informado como parâmetro.

Para os demais demonstrativos, foi utilizado outro recurso do Saldus, este chamado de planilha. O funcionamento dele é parecido com o Microsoft Excel, mas com a vantagem da possibilidade de buscar dados de dentro do banco de dados com o auxílio de sentenças SQL.

Na planilha, é possível editar o layout do documento, assim sendo ele foi editado pelo mesmo padrão do demonstrativo do SICAP, depois, foram inseridas as sentenças dentro de cada célula.

Figura 2: Demonstrativo Financeiro de Superávit ou Déficit

[103021] Planilha DEMONSTRAÇÕES MINISTÉRIO PÚBLICO 2008			
Arquivo Editar Inserir Formatar Ferramentas			
J50			
	A	B	C
1	Demonstrativo Financeiro de Superávit ou Déficit		
2	Receitas	45.407.497,54	
3	(-) Impostos sobre a Receita	-5.281,85	
4	(-) Abatimentos e cancelamentos	-14.037.883,34	
5	Receita Líquida	31.364.332,35	
6	(-) Custos dos serviços/produtos	-16.644.327,07	
7	Superávit ou Déficit Bruto	14.720.005,28	
8	(-) Despesas Gerais e Administrativas	-9.103.802,96	
9	(-) Despesas Tributárias	-18.059,55	
10	(-) Outras Despesas Operacionais	-42.264,13	
11	(+) Receitas Financeiras	2.900.063,01	
12	(-) Deduções das Receitas financeiras	0,00	
13	(-) Despesas Financeiras	-501.199,45	
14	Resultado Operacional	7.954.742,20	
15	(-) Despesas não-operacionais		
16	(+) Receitas não-operacionais		
17	Resultado do Exercício antes de IR e CSLL	7.954.742,20	
18	(-) Provisão para IR e CSLL		
19	Resultado do Exercício depois de IR e CSLL	7.954.742,20	
20	(-) Participações e Contribuições		
21	SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	7.954.742,20	
22			

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

Na figura 11 está a representação do Demonstrativo Financeiro de Superávit ou Déficit, popularmente conhecido como Demonstração do Resultado do Exercício. Nesse e nos demais demonstrativos, as consultas estão inseridas nas células onde existem valores. Portanto, os valores apresentados são a representação das consultas inseridas em cada célula.

Ainda sobre o demonstrativo da figura 11, foram associadas as contas dentro da célula, fazendo parte das consultas. Para gerar esse demonstrativo, leva-se em consideração a data inicial e a data final, buscando todos os lançamentos desse intervalo de datas, considerando também o código de histórico padrão.

Figura 12: Demonstrativos Financeiros: Mutações do Patrimônio

	A	B	C
1	Demonstrativos Financeiros: Mutações do Patrimônio		
2	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	48.514.887,35	
3	Ajustes de exercícios anteriores	-197.164,24	
4	Reversões de reservas		
5	Transferências para reservas		
6	Aumento do fundo social - Patrimônio Social		
7	Integralização de Patrimônio Social		
8	(-) Patrimônio Social a integralizar		
9	Superavit ou Déficit do Exercício	7.954.742,2	
10	Realização do Ativo Permanente		
11	Proposta de destinação do Superávit		
12	Aumento do Patrimônio Social por doações		
13	Transferências recebidas		
14	Outros		
15	SALDO AO FINAL DO EXERCÍCIO	56.272.465,31	
16			

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

No demonstrativo da figura 12, conhecido como Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, foram feitas três consultas diferentes. A primeira na célula B2, que busca o saldo, em determinada data, de todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido. A segunda, na célula B3, leva em consideração apenas a conta de ajustes, porém, essa célula está calculando o saldo em 01/01/2008 e somando todos os débitos e subtraindo todos os créditos entre 01/01/2008 e 31/12/2008. A terceira consulta, que está na célula B9, considera o movimento de débito e crédito em determinado intervalo de datas da conta “Superávit ou Déficit do Exercício”. Essa é uma conta que faz parte do Patrimônio Líquido, portanto o resultado deve ser apurado antes de gerar o demonstrativo.

Quando é dito que alguma consulta está relacionada ao saldo inicial, existe certa dificuldade em gerá-la. Os saldos iniciais de todas as contas contábeis estão guarda-

das em uma tabela do banco de dados chamada de “CSDANT”. É nessa tabela que são implantados os saldos iniciais. Após a consulta do valor existente na “CSDANT”, são feitos mais cálculos, considerando a soma de débitos e créditos na data em que se deseja obter o saldo, mais a soma de débitos e créditos anterior a essa data.

Por exemplo, em 2007 a FEPAM aderiu à contabilidade do Terceiro Setor, em virtude disso foi substituído o software de gerenciamento de informações contábeis, portanto os saldos remanescentes de 2006 foram implantados em 2007 (na tabela CSDANT), após o término de 2007, a soma de valores do saldo implantado, mais débitos, menos créditos, obtêm o saldo final em 2007 e esse saldo não pode mais ser gravado na tabela “CSDANT”, pois ela já está ocupada, e como todos os demonstrativos são gerados em 2008, eles obedecem a essa lógica, sendo o ano de 2007 o período anterior ao período pretendido.

Figura 13: Apuração do Valor Adicionado

[103021] Planilha DEMONSTRAÇÕES MINISTÉRIO PÚBLICO 2008			
Arquivo Editar Inserir Formatar Ferramentas			
J50			
	A	B	C
1	APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
2	Receita		
3	Receitas operacionais	31.145.417,41	
4	Receitas não-operacionais		
5	Recursos públicos contabilizados como Receitas		
6	Insumos adquiridos de terceiros		
7	(-) Custo dos Produtos / Serviços / Transformação	-3.705.714,3	
8	(-) Serviços de terceiros	-1.636.669,47	
9	(-) Materiais, energia e outros	-1.422.283,2	
10	(-) Perda na realização de ativos	-8.552,27	
11	(-) Outros custos e despesas operacionais	-33.711,86	
12	Valor Adicionado Bruto	24.338.486,31	
13	(-) Depreciações, amortização e exaustão	-1.517.919,33	
14	Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	22.820.566,98	
15	Receitas financeiras	2.900.063,01	
16	Doações recebidas	13.060,	
17	Aluguéis recebidos de terceiros	211.136,79	
18	Result. de equivalência patrimonial e dividendos		
19	Total do Valor Adicionado a distribuir	25.944.826,78	
20	DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
21	Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)	17.311.016,78	
22	Participação dos empregados		
23	Impostos, taxas e contribuições	177.868,35	
24	Capital de terceiros		
25	Despesas financeiras (juros)	501.199,45	
26	Aluguéis pagos		
27	Distribuição do Superávit		
28	Superávit ou déficit do exercício	7.954.742,2	
29	Total do Valor Destinado ou Distribuído	25.944.826,78	
30			

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

Na figura 13, temos a Demonstração do Valor Adicionado. As consultas usadas nesse demonstrativo são iguais as já utilizados nos demonstrativos anteriores, ou seja, todas as células com exceção da B28, retornam a soma de débitos e créditos em determinado período, e na célula B28 são considerados saldo anterior, mais débitos, menos créditos em um período de tempo.

Figura 14: Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos

	A	B	C
1	Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR		
2	AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE		
3	Origem dos recursos		
4	Das atividades sociais		
5	Superávit (déficit) do exercício		
6	Superávit (déficit)	7.954.742,20	
7	Itens que não afetam o capital circulante		
8	Depreciação, exaustão e amortização	1.517.919,33	
9	Variação monetária do realizável a longo prazo		
10	Ajuste a valor de mercado de investimentos		
11	Valor residual de ativo permanente baixado	8.552,27	
12	Outros itens que não afetam o capital circulante		
13	Recursos provenientes de realização de ativo permanente		
14	Recursos do ativo permanente		
15	Recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo		
16	Recursos de ativos de longo prazo		
17	Outras origens de recursos das atividades sociais		
18	Outros recursos		
19	De terceiros		
20	Recursos provenientes de recurso de terceiros de longo prazo		
21	Doações e subvenções para investimentos		
22	Integralização de PATrimônio Social		
23	Venda de investimentos		
24	Outros recursos de terceiros		
25	Aplicação de recursos		
26	(-) No realizável a longo prazo		
27	(-) Em investimentos		
28	(-) No ativo imobilizado		
29	(-) Recursos aplicados redução de obrigações de longo prazo		
30	(-) Transferência de dívidas de longo para curto prazo		
31	(-) Ajuste de exercício anterior		
32	(-) Outras aplicações de recursos		
33	VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	5.558.746,00	
34	(+) Variação do ativo circulante	6.867.824,54	
35	(-) Variação do passivo circulante	-1.309.078,54	
36			

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

Já na figura 14, tem-se a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Ne-la as células B6 e B8 usam sentenças já utilizadas anteriormente, quais sejam, para B6 acumula valores de saldo, mais débitos, menos créditos no período, e para B8 soma de

débitos e créditos em determinado período. As novidades vêm nas demais consultas. Nas células B34 e B35 são considerados o saldo inicial e saldo final, entre um intervalo de datas estipuladas pelo usuário, é desconsiderada toda a movimentação desse período, seja ele débito ou crédito. Quanto a B11, foi considerada apenas a soma de créditos em um intervalo de datas.

Figura 15: Fontes de Recursos da Instituição

[103021] Planilha DEMONSTRAÇÕES MINISTÉRIO PÚBLICO 2008			
Arquivo Editar Inserir Formatar Ferramentas			
L49			
	A	B	C
1	Fontes de Recursos da Instituição		
2	FONTES DE RECURSOS DO ANO-BASE	34.264.395,36	
3	De origem governamental (convênio, subvenções, auxílios)	0,00	
4	Valores recebidos de origem Federal - exceto Contratos		
5	Valores recebidos de origem Estadual - exceto contratos		
6	Valores recebidos de origem Municipal - exceto Contratos		
7	De taxas de administração - exceto Contratos		
8	Doações e patrocínios privados - bens ou financiamentos	13.060,00	
9	De indivíduos		
10	De empresas	13.060,00	
11	De fundações nacionais		
12	De institutos empresariais e outras instituições nacionais		
13	De Leis de Incentivo à Cultura - Fundo Nacional de Cultura		
14	De Leis de Incentivo à Cultura - PRONAC		
15	De Leis de Incentivo à Cultura - Lei do Audiovisual		
16	De Leis de Incentivo à Cultura - Lei de Incentivo estadual		
17	De Leis de Incentivo à Cultura - Lei de Incentivo municipal		
18	Outros recursos originados de doações e patrocínios privados		
19	Instituidores ou mantenedores da Instituição	0,00	
20	Instituidores ou mantenedores da Instituição		
21	Dos mantenedores, via Leis de Incentivo à Cultura		
22	Geração própria de recursos	34.040.953,57	
23	De cobrança de taxas, contribuições, mensalidades	31.140.135,56	
24	De venda de produtos (bens e mercadorias) ou serviços		
25	De rendimentos de patrimônio ou de capital financeiro	2.900.063,01	
26	De venda de bens do Ativo Permanente	755,00	
27	De sorteios, bingos, quermesses, festas		
28	De venda de espaço publicitário		
29	De permutas		
30	De outras fontes de geração própria de recursos		
31	De CONTRATOS com órgãos governamentais		
32	Origem estrangeira	0,00	
33	De agências financiadoras internacionais não-governamentais		
34	De agências financiadoras internacionais bi ou multilaterais		
35	De fundações estrangeiras		
36	De institutos ou ONG's estrangeiras		
37	De outras fontes de recursos de origem estrangeira		
38	Associações e congregações religiosas	0,00	
39	De igrejas, cultos, paróquias e congregações religiosas		
40	De empréstimos de instituições financeiras	0,00	
41	Empréstimos ou financiamentos tomados (valor bruto)		
42	(-) Empréstimos ou financiamentos pagos		
43	Outras fontes de recursos	210.381,79	
44	Outras fontes de recursos não classificadas nos itens acima	210.381,79	
45			

Fonte: ERP Corpore RM Unipam

O demonstrativo da Figura 15 deve ser o mais desconhecido de todos os demonstrativos a serem preenchidos no SICAP pelo contador e é bastante divergente dos demais. Para confeccionar esse demonstrativo, devem-se agrupar todas as contas de receitas às contas correspondentes no demonstrativo. As novidades ficam por conta dos empréstimos que são contabilizados no Passivo pelos contadores, que nesse demonstrativo é considerada uma fonte de recursos, e as celebrações de convênios, que são contabilizadas como Ativo e também devem fazer parte desse demonstrativo. Quanto às consultas, elas buscam a soma de débitos e créditos no período informado, levando em consideração as associações feitas.

As associações de contas feitas no plano paralelo também foram utilizadas nas planilhas, no entanto, nessa ferramenta, as associações ficam dentro da própria consulta SQL, logo nenhuma consulta é exatamente igual à outra. No entanto, apesar de serem diferentes, o padrão das sentenças não mudam, apenas nas contas associadas ocorre mudança de uma sentença para outra.

Após a criação das ferramentas, os relatórios gerados por essas foram conferidos e comparados com os demonstrativos já existentes e com os saldos do balancete de 2008. Após essa conferência os relatórios gerados foram inseridos no SICAP, sendo posteriormente validado pelo software e, mais tarde, pelo Ministério Público com sucesso.

5. Conclusão

A Fundação Educacional de Patos de Minas está obrigada, por lei, a prestar contas de seus atos ao Ministério Público Estadual. Diante dessa exigência, foram verificados os aspectos que devem ser observados na prestação de contas, de tal forma a atender às necessidades do setor de contabilidade da FEPAM de forma prática e objetiva. Após as análises, foram traçadas diretrizes para o desenvolvimento de ferramentas que auxiliassem o processo de prestação de contas, de forma a torná-lo mais ágil, além de mais confiável do ponto de vista da contabilidade.

A partir de todos os recursos disponíveis, sejam eles, *hardware*, *software*, capital intelectual, foram desenvolvidas ferramentas que, ao mesmo tempo, auxiliassem o processo de prestação de contas e contribuíssem para a melhoria da confiabilidade das informações, observando a todo o momento as exigências do Ministério Público.

Todo o processo anterior era feito por relatórios paralelos, as vinculações de contas e soma de valores eram manuais. Após a realização do presente trabalho, todo esse processo se tornou automático e de razoável manutenção. Com todas as vinculações guardadas juntamente com as consultas, para os anos seguintes, o usuário deverá apenas fazer uma revisão do plano de contas e inserir todas as contas criadas nos demonstrativos. Caso não seja criada nenhuma, o processo está pronto para ser gerado.

No processo de geração das ferramentas, foi verificado que, quanto ao demonstrativo da figura 14, não foi possível gerá-lo, tomando-se como base o ano de 2008, visto que a contabilidade fora convertida nas normas internacionais nesse período, fazendo com que algumas consultas não funcionassem. Para 2009, ele foi revisto para as devidas adequações, bem como todo o processo que possibilitou dinamizar ainda mais os processos.

Ainda sobre as gerações das ferramentas, foi verificada a possibilidade de *layout*, para importação de dados de forma automática, porém, o SICAP ainda não possui o ambiente de importação de dados, e a única forma que existe no momento é a manual (digitação). A ferramenta foi estruturada com a possibilidade dessa evolução, ou seja, assim que o SICAP disponibilizar esse recurso, as ferramentas estarão aptas à exportação.

Com a realização do trabalho, foram adquiridos conhecimentos específicos de contabilidade que apenas se enquadram no âmbito das entidades sem fins lucrativos, além de legislação específica, e a compreensão de como a contabilidade influencia e demonstra os resultados à sociedade.

Para alcançar os objetivos propostos, foram necessários conhecimentos a respeito da estrutura da entidade, bem como de contabilidade, legislação, raciocínio lógico, além de empreender esforços para estruturar o trabalho, de tal forma que o programador compreenda, chegando, dessa forma, aos resultados pretendidos.

Referências

ANTUNES, Cleber do Carmo. A Contabilidade Ambiental sob a ótica do Neopatrimonialismo, *Revista Mineira de Contabilidade*. Belo Horizonte, nº 5, p. 31-36, set./dez de 2001.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. *Contabilidade para organizações do terceiro setor*. São Paulo. Atlas, 2005, p.164.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*. Brasília.

BRASIL, Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. *Diário Oficial da União*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CENTRO DE ESTUDOS DE FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL. Quem deve prestar contas utilizando o SICAP. Disponível em <<http://www.fundata.org.br/quemdevepc.htm>>. Acesso em 24 abr. 2009.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2 ed. São Paulo: Senac, 2000. 224p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social*. Brasília, 2008. 126p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Fundações Públicas e suas Limitações. *Revista Adusp*. São Paulo, nº 3, p. 14-19, jul. 1955.

DELATORRE, Rafael Martín. *Mensuração do resultado social no contexto das organizações do*

terceiro setor. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 157p.

FERRARI, Ed Luiz. *Contabilidade geral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 865p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (org.). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 3 ed. 2004. CD-ROM. Produzido por Positivo Informática.

GIL, Antonio de Loureiro. *Sistemas de informações contábil/financeiros*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995. 203p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 646p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 336 p.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. *Contabilidade social*. Ijuí, 1999. Disponível em http://www.sebraepb.com.br:8080/bte/download/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%5CGest%C3%A3o%20dos%20Recursos%20Naturais/157_1_arquivo_csocial.pdf. Acesso em 21 abr. 2009.

MANZANO, José Augusto N.G. *Estudo dirigido SQL*. São Paulo: Atlas, 2002. 132p.

MARION, José Carlos. IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Introdução à teoria da Contabilidade*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 286p.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. *Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele)*. Brasília, 1999. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_647.pdf. Acesso em 24 abr. 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Sistemas de informações contábeis fundamentos e análise*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 331p.

PADOVEZE, Luís Clóvis. *Sistemas de informações contábeis*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 331p.

PEYON, Luiz Francisco. *Gestão contábil para o terceiro setor*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 248p.

REIS, Carlos Nelson dos. MEDEIROS, Luiz Edgar. *Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social*. São Paulo. Atlas, 2007. 185p.

RIBAS JÚNIOR, Fábio Ribas. *O conceito de terceiro setor*. 2004. Disponível em: <<http://www.prattein.com.br/prattein/dados/anexos/67.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade comercial fácil*. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 365p.

RICCIO, Edson Luiz. *Uma contribuição ao estudo da Contabilidade como sistema de informação*. 96f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. 1989.

ROSSETTI, José Paschoal. *Contabilidade social*. 7 ed. São Paulo. Atlas, 1995. 320p.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3 ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a distância da UFSC, 2001.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 4 ed. Belém: Unama, 2002. 185p.